

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

C-SUP 2025

GEOPOLÍTICA DO PÓS-GUERRA FRIA:

As mudanças na geopolítica do pós-Guerra Fria e sua influência nas estratégias da Marinha do Brasil na região amazônica nos últimos 20 anos

Rio de Janeiro
2025

RAIMUNDO COSTA MENDES FILHO

GEOPOLÍTICA DO PÓS-GUERRA FRIA:

As mudanças na geopolítica do pós-Guerra Fria e sua influência nas estratégias da Marinha do Brasil na região amazônica nos últimos 20 anos

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CF Ramon Grosso de Almeida.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2025

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela força, saúde e sabedoria concedidas ao longo desta caminhada, pois sei que nada faria sem a sua direção. Aos meus familiares, principalmente aos meus pais, Antônia e Raimundo pelo exemplo de dignidade, esforço e honestidade que sempre me inspiraram.

À minha amada esposa Elaine e meus amados filhos Eveline, Ramon e Igor, pelo amor incondicional, pela paciência nas horas de ausência e pelo incentivo constante nos momentos de cansaço.

Às minhas irmãs Socorro, Ana Márcia, Graça e Nazaré que sempre ofereceram amor, paciência e compreensão nos momentos mais desafiadores. Aos meus sobrinhos Manoel Cláudio, Renata, Ricardo, Felipe, Marcela, “Gigi” e Julian. Essa família amada que sempre foi meu porto seguro durante essa jornada.

Às filhas de coração, Yasmin e Mickaella que, com palavras de apoio e gestos de carinho, também me impulsionaram a seguir em frente.

Ao C-SUP 2025, meu orientador, pela preocupação demonstrada no cumprimento dos prazos e por nortear a preparação deste trabalho.

Aos amigos de turma – Curso de Formação de Oficiais Auxiliares da Armada 2012 – pelas conversas que aliviaram o peso da rotina e pelas palavras de motivação que tanto fizeram diferença. E a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu sincero muito obrigado.

RESUMO

O objeto de pesquisa deste trabalho analisa como as mudanças geopolíticas ocorridas no cenário internacional após o fim da Guerra Fria influenciaram as estratégias da Marinha do Brasil na região amazônica nos últimos 20 anos. Com a transição de um mundo bipolar para um contexto multipolar, a Amazônia passou a ocupar papel de destaque nas agendas de segurança e meio ambiente, tanto no plano nacional quanto internacional. O estudo analisa como a Marinha tem se adaptado a esse novo contexto, fortalecendo sua presença na região por meio da reestruturação de comandos, realização de operações integradas, modernização de meios navais e ampliação da cooperação com outros órgãos do Estado. A metodologia adotada baseou-se em revisão bibliográfica e análise de documentos estratégicos, como a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional. Os resultados apontam que a Marinha do Brasil desempenha papel essencial na consolidação da soberania brasileira na Amazônia, enfrentando desafios complexos, como o narcotráfico, o garimpo ilegal, e a pressão internacional sobre os recursos naturais. Conclui-se que a adaptação da estratégia naval à realidade amazônica tem sido fundamental para a defesa e integração da região ao projeto nacional de desenvolvimento sustentável e segurança.

Palavras-chave: Geopolítica. Amazônia. Marinha do Brasil. Soberania. Estratégia de Defesa.

ABSTRACT

Post-Cold War Geopolitics: Changes in post-Cold War geopolitics and their influence on the Brazilian Navy's strategies in the Amazon region over the last 20 years.

The object of research of this work analyzes how the geopolitical changes that occurred in the international scenario after the end of the Cold War influenced the strategies of the Brazilian Navy in the Amazon region in the last 20 years. With the transition from a bipolar world to a multipolar context, the Amazon has come to occupy a prominent role in the security and environmental agendas, both nationally and internationally. The study analyzes how the Navy has adapted to this new context, strengthening its presence in the region through the restructuring of commands, carrying out integrated operations, modernizing naval assets, and expanding cooperation with other state agencies. The methodology adopted was based on bibliographic review and analysis of strategic documents, such as the National Defense Policy, the National Defense Strategy and the White Paper on National Defense. The results indicate that the Brazilian Navy plays an essential role in the consolidation of sovereignty in the Amazon, facing complex challenges, such as drug trafficking, illegal mining, and international pressure on natural resources. It is concluded that the adaptation of the naval strategy to the Amazonian reality has been fundamental for the defense and integration of the region to the national project of sustainable development and security.

Keywords: Geopolitics. Amazon. Brazilian Navy. Sovereignty. Defense Strategy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSHOP	Assistência Hospitalar à População Ribeirinha
CNAO	Comando Naval da Amazônia Ocidental
Com9°DN	Comando do 9° Distrito Naval
DAE	Destacamento Aéreo Embarcado
END	Estratégia Nacional de Defesa
FlotAM	Flotilha do Amazonas
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MB	Marinha do Brasil
NAsH	Navio de Assistência Hospitalar
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PEM	Plano Estratégico da Marinha
PND	Política Nacional de Defesa
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1	Geopolítica do Pós-Guerra Fria.....	11
2.2	Amazônia como espaço Estratégico.....	14
2.3	Doutrina de Defesa e Segurança Contemporâneas.....	15
3	A MARINHA DO BRASIL E A AMAZÔNIA.....	17
3.1	Estrutura e Comandos na Região Amazônica.....	18
3.2	Projetos e Operações Relevantes.....	20
3.2.1	Navios de Assistência Hospitalar (NAsH).....	21
3.2.2	Projeto Calha Norte.....	21
3.2.3	Operação Verde Brasil.....	22
3.2.4	Operação Ágata.....	23
3.3	Desafios e Perspectivas Futuras.....	24
4	MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS E SUAS INFLUÊNCIAS ESTRATÉGICAS...26	
4.1	Pressões Extranacionais e o Discurso da Internacionalização.....	27
4.2	Ameaças Transnacionais e Reconfiguração das Missões Militares.....	28
4.3	Recursos Naturais e Soberania Ambiental.....	29
4.4	Influência nas Estratégias Institucionais da Marinha.....	30
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a geopolítica mundial passou por transformações profundas, especialmente após o fim da Guerra Fria, simbolizado pela queda do Muro de Berlim em 1989 e pela dissolução da União Soviética em 1991, eventos que redefiniram a ordem internacional. A polarização ideológica entre Estados Unidos e União Soviética deu lugar a um mundo multipolar, caracterizado por novas disputas econômicas, tecnológicas, ambientais e militares. Nesse cenário, surgem desafios mais difusos e assimétricos, como o terrorismo internacional, os crimes transnacionais e as disputas por recursos naturais estratégicos. A segurança passa a ser concebida de forma mais abrangente, extrapolando o campo militar tradicional e incorporando dimensões ambientais, energéticas, sanitárias e cibernéticas. Conforme destaca Montenegro (2021), a guerra híbrida contemporânea inclui a vertente cibernética como um domínio estratégico capaz de neutralizar infraestruturas críticas e alterar o equilíbrio de poder global, tornando indispensável que as nações desenvolvam capacidades específicas de defesa nesse campo.

Nesse novo contexto, regiões antes consideradas periféricas passam a ocupar papel central nas estratégias de segurança e soberania nacional, como é o caso da Amazônia brasileira. Inicialmente reconhecida por sua importância ecológica e pela biodiversidade incomparável, a Amazônia passou a ser considerada uma fronteira crítica para o exercício pleno da soberania nacional.

Essa mudança de percepção é impulsionada pela intensificação de processos como a globalização econômica, a interdependência tecnológica e a crescente preocupação com as mudanças climáticas, que transformaram a floresta em um ativo estratégico global. Nessa nova lógica, territórios antes considerados marginais ganham centralidade geopolítica, e a Amazônia se insere nesse processo como uma região de interesse internacional, tanto pelos seus recursos naturais quanto por sua contribuição ao equilíbrio climático do planeta.

Esse novo cenário demanda adaptações por parte da Marinha do Brasil (MB), que passa a reformular suas estratégias operacionais e institucionais frente às transformações do ambiente geopolítico global e às especificidades da região amazônica. Segundo Becker (2005), a Amazônia passou a ocupar um novo significado geopolítico no cenário global, sendo vista como uma fronteira do capital natural e alvo de interesses internacionais que, em muitos casos, sugerem até

formas de soberania compartilhada sobre a região. Essa valorização decorre tanto de uma lógica cultural, voltada à preservação ambiental, quanto de uma lógica econômica, que enxerga a natureza como recurso estratégico e escasso.

Nesse contexto, a presença internacional, por meio de cooperação técnica, Organizações Não Governamentais (ONG) e empresas, embora traga benefícios, também impõe desafios ao controle nacional sobre informações e recursos. Para a autora, essa dinâmica exige atenção à face interna da soberania, com a atuação coordenada do Estado e fortalecimento institucional, incluindo as Forças Armadas, para assegurar que a utilização das riquezas amazônicas ocorra de acordo com os interesses do Brasil.

A intensificação das ameaças transnacionais na Amazônia, como as pressões por internacionalização do território e os interesses estrangeiros sobre seus recursos estratégicos, levou o Estado brasileiro a reforçar sua presença institucional na região. Essa presença, conforme observa Ribeiro (2005), traduziu-se na adoção de políticas e estratégias voltadas à consolidação da soberania nacional, em resposta à crescente influência de atores externos e à mundialização da questão ambiental. Nesse contexto, a dimensão militar assume importância significativa como instrumento de afirmação territorial.

O autor enfatiza que projetos como o Plano de Integração Nacional e o Tratado de Cooperação Amazônica foram elaborados para responder a ameaças difusas, articulando ações de infraestrutura, integração e controle geopolítico sobre a região. Assim, a lógica de defesa do território amazônico envolve não apenas aspectos militares, mas também o fortalecimento do Estado por meio de políticas públicas e presença física articulada em um cenário de soberania cada vez mais tensionada.

Nesse panorama, a MB passou a desempenhar um papel cada vez mais relevante. Para tanto, precisou adaptar suas estratégias operacionais e sua presença efetiva para lidar com os novos desafios da era pós-Guerra Fria. Especialmente nas últimas décadas, observou-se um redirecionamento de esforços e recursos para a proteção da região amazônica, não apenas por questões de segurança nacional, mas também devido à crescente pressão internacional por maior vigilância ambiental e ao risco de ingerência externa.

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar como as mudanças na geopolítica pós-Guerra Fria influenciaram as estratégias da MB, com ênfase na

sua atuação na região amazônica entre os anos de 2005 e 2025. Esse intervalo temporal se justifica pela intensificação das ameaças transnacionais, pela projeção de potências extranacionais sobre o território amazônico e pelas reformas institucionais promovidas no âmbito do setor de defesa. A escolha do período permite observar a evolução das respostas institucionais da MB em um cenário geopolítico em constante mutação, no qual a Amazônia emerge como um palco central para a afirmação da soberania brasileira e a defesa de seus interesses estratégicos.

A pesquisa será fundamentada na Teoria Geopolítica Crítica, que busca analisar não apenas as ações da MB, mas também como os discursos sobre espaço e poder moldam políticas de segurança e defesa. Essa abordagem é particularmente relevante para o estudo da Amazônia, em que narrativas sobre soberania, ameaça e proteção ambiental influenciam diretamente as políticas estatais.

A Geopolítica Crítica permite examinar tanto as ações concretas da MB, como patrulhamentos, operações conjuntas e presença logística, quanto os discursos institucionais que moldaram o reposicionamento estratégico da força naval na região. Além disso, compreender essa adaptação contribui para o debate sobre segurança nacional, soberania e políticas públicas de defesa no século XXI.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e analítico, baseada em pesquisa bibliográfica e análise documental. Foram utilizados autores clássicos e contemporâneos da geopolítica, além de documentos oficiais como a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END), o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e o Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040), além de livros especializados e artigos acadêmicos.

A relevância deste estudo se justifica por três vertentes. Primeiro, pela contribuição à compreensão da relação entre mudanças no sistema internacional e reações institucionais no campo da defesa. A Amazônia serve como um estudo de caso para entender como o Brasil, enquanto potência regional emergente, adapta suas capacidades de segurança diante de novos desafios. Segundo, pelo fortalecimento do debate sobre soberania e segurança na Amazônia frente às pressões externas e internas.

O estudo busca oferecer uma perspectiva que integre as dimensões militar, ambiental e social da segurança amazônica. Terceiro, pela possibilidade de subsidiar decisões estratégicas, tanto no âmbito governamental quanto acadêmico e militar.

Ao analisar as adaptações e os desafios enfrentados pela MB, a pesquisa poderá contribuir para o planejamento de futuras políticas de defesa e segurança para a região.

O presente trabalho está organizado em cinco seções começando com esta introdução que apresenta o tema, a metodologia adotada e a sua relevância. A segunda seção apresenta o referencial teórico, o qual aborda os conceitos fundamentais da geopolítica no pós-Guerra Fria, a Amazônia como espaço estratégico e as doutrinas contemporâneas de defesa e segurança. A terceira seção enfoca o histórico da atuação da Marinha na região amazônica, destacando a criação do Comando do 9º Distrito Naval (Com9ºDN), além dos projetos e operações relevantes. A quarta seção analisa como as mudanças geopolíticas influenciaram diretamente as estratégias marítimas e fluviais brasileiras. Por fim, nas Considerações Finais, são apresentadas as principais conclusões do estudo, reflexões sobre os desafios contemporâneos e possíveis caminhos futuros para a atuação da Marinha na região amazônica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A análise das estratégias da MB na Amazônia exige uma compreensão sólida dos conceitos fundamentais da geopolítica, soberania e defesa, bem como das mudanças ocorridas no contexto do pós-Guerra Fria. Esta seção apresenta os principais elementos teóricos necessários para entender a reorganização do cenário internacional, a importância estratégica da região amazônica e os fundamentos das doutrinas de defesa e segurança no século XXI. Além de abordar a evolução da atuação da Marinha na Amazônia, destacando suas estruturas organizacionais, operações e projetos estratégicos.

2.1 Geopolítica do Pós-Guerra Fria

A reconfiguração do cenário internacional após o fim da Guerra Fria não apenas enfraqueceu a antiga lógica bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética, como também inaugurou uma nova era de disputas por recursos, redes e fluxos estratégicos. Com o avanço da globalização e das tecnologias de informação, as relações de poder passaram a se organizar tanto no plano físico quanto no virtual,

alterando os fundamentos clássicos da geopolítica. O espaço geográfico, que antes era interpretado sobretudo como palco de disputas militares e territoriais entre Estados, passa a ser redesenhado por redes transnacionais, fluxos financeiros e interesses corporativos.

Com o colapso da União Soviética em 1991, o mundo assistiu ao fim do sistema bipolar e à emergência de novas lógicas de poder, onde o controle territorial não é o único, nem sempre o principal, vetor de influência.

De acordo com Lacoste (1988) a geopolítica é, ao mesmo tempo, uma prática e uma forma de análise. Ela visa, por meio da representação e do discurso, tornar inteligíveis os conflitos de poder sobre o território. Isso significa que as estratégias da Marinha na Amazônia não são apenas respostas técnicas a ameaças, mas também parte de um esforço maior para moldar a percepção da Amazônia como território brasileiro e como espaço de interesse estratégico nacional.

Essa definição expande o escopo da geopolítica para além dos Estados-nação, incluindo atores não-estatais como organizações internacionais, grandes corporações, grupos criminosos transnacionais e até mesmo organizações não governamentais (ONG) que, por meio de seus discursos e ações, também disputam narrativas e influenciam o controle e uso de territórios. A Amazônia é um exemplo dessa complexidade, onde múltiplos atores, com agendas diversas, buscam influenciar a governança e o futuro da região.

No período posterior à Guerra Fria, marcado pelo fim da União Soviética e pela hegemonia temporária dos Estados Unidos, observa-se uma transição nas relações internacionais. Essa era unipolar não durou muito, dando lugar a um cenário multipolar emergente. Os conflitos passam a ser motivados menos por questões ideológicas e mais pela disputa por recursos estratégicos, como água, energia, alimentos e biodiversidade. Essa mudança reflete uma crescente percepção de que a escassez de recursos naturais e a pressão ambiental podem ser fontes de instabilidade e conflito, tanto quanto as rivalidades militares tradicionais. Nesse contexto, sobre a Amazônia, Amin faz a seguinte afirmação:

Pela potencialidade do estoque de recursos estratégicos necessários para a geração das inovações tecnológicas, a Amazônia passou a atrair as atenções internacionais, pelas riquezas do subsolo regional e, especialmente, pelo seu grande potencial hídrico. Essa riqueza tem motivado muita preocupação nacional, mas especialmente internacional, sobre a maneira como seus vastos recursos naturais poderiam ser aproveitados de forma sustentável (Amin, 2015, p. 20).

Entende-se, portanto, que os conflitos da era global estão cada vez mais relacionados a redes e ecossistemas, e não apenas a fronteiras tradicionais. Essa mudança reflete uma crescente percepção de que a escassez de recursos naturais e a pressão ambiental podem ser fontes de instabilidade e conflito, tanto quanto as rivalidades militares tradicionais. Por exemplo, a demanda global por água doce e por minerais raros, essenciais para a indústria de alta tecnologia, confere um novo valor estratégico a regiões que possuem esses recursos em abundância.

Com a intensificação de processos como a globalização econômica, que interconecta mercados e cadeias de produção em escala mundial, a interdependência tecnológica, que torna os países dependentes de tecnologias e inovações estrangeiras, e a crescente preocupação com as mudanças climáticas, que exige respostas coordenadas para fenômenos globais, surgem novas formas de ameaça, muitas vezes assimétricas e de difícil delimitação territorial.

Ataques cibernéticos, pandemias, desinformação em massa e a atuação de grupos criminosos transnacionais que operam em rede são exemplos dessas novas ameaças que não se encaixam facilmente nas fronteiras tradicionais da segurança nacional. Tais ameaças exigem inteligência, agilidade e capacidade de resposta que transcendem as capacidades de uma única agência governamental. Essa maneira, o PEM-2040, afirma que o Brasil deve estar preparado para evitar acessos indevidos, desempenhando um grande esforço de contrainteligência e fiscalização com o objetivo de preservar os interesses nacionais (Brasil 2020, p. 26).

Becker (2005) observa que, nesse novo arranjo, a geopolítica assume formas menos explícitas, operando por meio da coerção velada e da influência sobre as decisões estatais quanto ao uso e ao controle de seus próprios territórios. Essa transição marca uma mudança significativa: as guerras convencionais perdem centralidade, enquanto os territórios de interesse ambiental e econômico, como a Amazônia, tornam-se alvos de discursos e práticas de controle indireto. O conceito de fronteira do capital natural proposto por Becker sintetiza essa nova lógica, na qual recursos naturais são tratados como ativos estratégicos em um mercado globalizado.

A Amazônia exemplifica esse fenômeno com clareza: sua valorização não decorre apenas de sua biodiversidade ou de seu papel no equilíbrio climático, mas também da sua condição de espaço estratégico para o capital transnacional. Essa condição é reforçada por tecnologias como os satélites que permitem uma vigilância globalizada, e por discursos que, embora travestidos de preocupação ambiental,

frequentemente expressam interesses geopolíticos subjacentes.

O Estado brasileiro, diante dessas pressões, viu-se compelido a redefinir seu papel na região, não apenas por razões de soberania, mas também como resposta às novas formas de disputa simbólica e material. Nesse contexto, as Forças Armadas, especialmente a MB, passam a atuar não apenas como agentes militares, mas como elementos de uma estratégia mais ampla de projeção estatal em espaços remotos e contestados.

2.2 Amazônia como espaço Estratégico

A Amazônia Legal brasileira, com sua vastidão territorial e fronteiras com sete países, emerge como um espaço geoestratégico de relevância crescente no século XXI. Sua importância transcende os limites nacionais, envolvendo disputas que articulam interesses ambientais, econômicos e militares. A valorização da floresta como ativo estratégico intensifica tanto a pressão internacional quanto a necessidade de afirmação da soberania brasileira.

Para Cervo e Bueno (2002, p. 498), a partir dos anos 1990, a política externa brasileira passou a assumir um viés mais autônomo e assertivo, em especial na América do Sul, onde a região amazônica figura como eixo de integração e de afirmação regional, com ação diplomática que revertem as ameaças internacionais que pesavam sobre a Amazônia. Essa mudança de postura influencia diretamente o planejamento da defesa nacional, fazendo da floresta um espaço prioritário para ações de controle, monitoramento e presença institucional.

Além disso, Ribeiro (2005) destaca que a defesa da Amazônia não pode ser reduzida a operações militares clássicas. Trata-se de uma política de Estado que requer atuação articulada entre setores civis e militares. A presença das Forças Armadas, nesse sentido, representa um instrumento de ocupação simbólica e prática do território, integrando dimensões de soberania, desenvolvimento e segurança.

Becker (2005) também contribui para esse entendimento ao evidenciar que a Amazônia é simultaneamente espaço de cooperação e de disputa. ONG, movimentos sociais, empresas e potências estrangeiras atuam sobre o território com diferentes projetos e interesses, gerando tensões que ultrapassam o debate ambiental. Essas disputas não são apenas materiais, mas também discursivas, e alimentam a construção de narrativas sobre a capacidade, ou não, do Brasil de gerir

sua própria porção da floresta.

A presença do Estado brasileiro na região, por meio de instituições como a MB, assume, portanto, uma função múltipla: garantir a integridade territorial, coibir atividades ilícitas e reforçar a autoridade nacional em áreas remotas. Nesse sentido, o patrulhamento dos rios, a fiscalização de embarcações e o apoio às populações ribeirinhas são ações que materializam a presença estatal em espaços onde historicamente essa presença foi frágil ou contestada.

O alerta emitido por setores militares, sobre os riscos da internacionalização da Amazônia reforça a percepção de que a floresta é um território estratégico sob disputa. Segundo Ribeiro (2005), essas ameaças ou estratégias de internacionalização surgem de forma sutil, aparentemente inocente. Esses discursos, embora muitas vezes contestados, ajudam a moldar a política de defesa, que é formalizada por documentos como a PND e END.

Esses marcos orientam a atuação das Forças Armadas, com foco na vigilância territorial, na proteção dos recursos naturais e no apoio ao desenvolvimento sustentável da região. Assim, a Amazônia não é apenas um bioma de valor ecológico, ela se torna também uma arena geopolítica em que cruzam projetos de poder, desenvolvimento e soberania.

A resposta brasileira a essa conjuntura tem sido, em grande parte, militarizada e diplomática. A ação das Forças Armadas, especialmente da MB, é parte da estratégia de afirmação territorial e de dissuasão simbólica frente às pretensões externas. As operações de patrulhamento, a fiscalização fluvial e o fortalecimento de bases navais na Amazônia são exemplos concretos dessa adaptação estratégica à realidade multipolar. O Brasil, inserido nesse arranjo, vê-se compelido a reforçar sua posição regional e a proteger seus interesses estratégicos, especialmente na Amazônia.

2.3 Doutrina de Defesa e Segurança Contemporâneas

A crescente complexidade do ambiente estratégico amazônico, somada à emergência de novas ameaças transnacionais, têm exigido das Forças Armadas brasileiras uma reformulação significativa em suas doutrinas de defesa e segurança. Esse movimento está refletido nos marcos normativos nacionais, como o LBDN, a PND e a END, atualizados em 2020, passaram a incorporar uma concepção

ampliada de defesa, que articula dimensões militares, ambientais, sociais e tecnológicas.

O LBND afirma que a temática ambiental tem progressiva importância estratégica para o Brasil. Ademais, informa que o Brasil se orienta por sua soberania para explorar seus recursos naturais de forma autônoma, reconhecendo simultaneamente sua responsabilidade internacional de não causar danos ambientais transnacionais (Brasil, 2020 p. 24).

Essa postura reforça o entendimento de que a defesa nacional não pode ser dissociada da proteção ambiental. Estudos vinculam diretamente a preservação da Amazônia à integridade territorial e à soberania nacional, alertando que ameaças ambientais podem, direta ou indiretamente, comprometer a estabilidade, segurança e autonomia do Estado. Desse modo, a END enfatiza que a proteção da biodiversidade, dos recursos minerais, hídricos, além do potencial energético, no território brasileiro é prioridade para o País, e a dissuasão deverá ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais (Brasil, 2020, p. 33).

Isso significa que a defesa da Amazônia não se limita ao emprego de meios convencionais, mas exige uma atuação permanente e adaptada à sua geografia e aos seus desafios específicos. Esse entendimento é compartilhado por Ribeiro (2005), que identifica na atuação militar na Amazônia, uma função de extensão da soberania do Estado, inclusive em tempos de paz. Para o autor, a presença das Forças Armadas, especialmente da MB, atua como um vetor de integração nacional, sendo fundamental para garantir o controle geopolítico sobre áreas de difícil acesso, onde o Estado historicamente enfrentou limitações logísticas e institucionais.

A doutrina da MB para a Amazônia tem se adaptado a essas exigências. Suas operações fluviais envolvem não apenas ações de patrulhamento e combate a ilícitos, mas também a atividades cívico-sociais, como as missões de assistência hospitalar realizadas pelos Navios de Assistência Hospitalar (NAsH), que prestam serviços médicos em comunidades ribeirinhas isoladas. A Marinha desenvolveu, ao longo dos últimos anos, uma capacidade logística especializada, baseada no uso de embarcações de pequeno calado, fuzileiros navais ribeirinhos e infraestrutura adequada para operar em regiões remotas, de difícil acesso terrestre. Esse modelo operacional reflete o conceito de segurança multidimensional, previsto nas diretrizes contemporâneas de defesa. As Forças Armadas devem atuar de forma

integrada com outras instituições do Estado, como a Polícia Federal, o IBAMA e a FUNAI, em ações que vão desde o combate ao tráfico transnacional até o apoio à proteção ambiental.

A END orienta para incrementar as capacidades das Forças Armadas para contribuir na prevenção e no enfrentamento das redes criminosas transnacionais (Brasil, 2020, p.65). As operações conjuntas, como a Ágata e a Verde Brasil, são exemplos dessa atuação interagências voltadas à vigilância territorial e à dissuasão de ameaças difusas. Além das dimensões tradicionais da defesa, os documentos oficiais também reconhecem a importância crescente da soberania ambiental, tecnológica e informacional. A proteção dos recursos naturais da Amazônia, em especial da biodiversidade, da água e dos minerais estratégicos é considerada um dos pilares da soberania nacional. Conforme destaca Becker (2005), o Brasil precisa demonstrar sua capacidade de gerir a floresta de forma soberana e sustentável para neutralizar discursos que colocam em dúvida sua legitimidade sobre o território amazônico. No campo tecnológico, a Marinha tem ampliado o uso de sistemas de sensoriamento remoto, radares de vigilância, drones e plataformas de comando e controle adaptadas à geografia da região. Tais instrumentos visam garantir inteligência situacional em tempo real, um elemento essencial para o monitoramento de uma área com dimensões continentais e forte presença de atividades ilícitas.

A doutrina contemporânea de defesa na Amazônia, portanto, se caracteriza por uma abordagem multidimensional e cooperativa, que transcende o paradigma clássico da defesa armada e incorpora uma visão integrada de segurança e desenvolvimento. Essa atuação reafirma o papel da Marinha não apenas como força de combate, mas como agente de Estado, capaz de materializar a presença governamental em um dos espaços mais estratégicos e sensíveis do planeta.

3 A MARINHA DO BRASIL E A AMAZÔNIA

Historicamente voltada para a defesa do litoral e do mar territorial, a MB precisou reestruturar suas prioridades e desenvolver capacidades específicas para enfrentar os desafios do ambiente amazônico. Com mais de 5 milhões de km², a Amazônia Legal brasileira reúne densa cobertura florestal, uma extensa e complexa rede hidrográfica, grandes distâncias e dificuldades de comunicação, o que impõe obstáculos logísticos e estratégicos singulares à defesa e à presença do Estado.

Segundo o LBDN, a presença da Marinha na Amazônia tem caráter dissuasório e simbólico, representando o Estado em áreas remotas, muitas vezes inacessíveis por vias terrestres (Brasil, 2020, p. 49). Essa atuação não se limita à defesa territorial, inclui também ações de apoio humanitário, fiscalização ambiental e combate a ilícitos, em consonância com a concepção de segurança multidimensional presente na PND.

A presença da MB nas bacias hidrográficas amazônicas representa, assim, não apenas um esforço de defesa territorial, mas também uma manifestação da autoridade do Estado e um instrumento de integração nacional. Ao patrulhar os rios, fiscalizar o tráfico de embarcações e oferecer serviços de saúde, a MB projeta a autoridade do Estado em áreas remotas, fortalecendo a presença governamental e contribuindo para a coesão nacional.

No século XXI, a intensificação das ameaças transnacionais, como tráfico de drogas, contrabando de armas, mineração ilegal e desmatamento, somada às pressões ambientais internacionais, elevou a Amazônia ao centro da política de defesa nacional, Ribeiro (2005). Essa conjuntura exige respostas mais robustas e coordenadas, integrando meios militares e civis. A MB, nesse contexto, desempenha papel multifuncional, que vai do patrulhamento de fronteiras e dissuasão de atividades criminosas até ações humanitárias e de apoio ao desenvolvimento regional.

Becker (2005) observa que os problemas de segurança na Amazônia estão intrinsecamente ligados a questões sociais, econômicas e ambientais, o que requer uma abordagem intersetorial. Essa perspectiva se reflete na atuação da Marinha, que integra operações conjuntas com outros órgãos. Para compreender plenamente essa atuação, é necessário examinar a estrutura institucional da Marinha na região, seus comandos operacionais, os principais projetos e operações executadas, bem como os desafios logísticos e estratégicos enfrentados. Esses aspectos serão detalhados nos tópicos seguintes, evidenciando a evolução e as adaptações da Força Naval às novas demandas do cenário geopolítico e da realidade amazônica.

3.1 Estrutura e Comandos na Região Amazônica

A reorganização institucional da Marinha na Amazônia ganhou impulso a partir dos anos de 1990, com destaque para a criação Comando Naval da Amazônia

Ocidental (CNAO) em 1994. Nesse mesmo ano, a MB deu um passo importante para ampliar sua capacidade operacional na região com a criação do Destacamento Aéreo Embarcado da Flotilha do Amazonas (DAE-FlotAM), concebido para dar apoio aos navios da Flotilha do Amazonas.

Esses meios aéreos passaram a desempenhar papel fundamental, atuando lado a lado com as unidades de superfície e oferecendo suporte às tropas em missões diversas. A relevância estratégica dessa estrutura logo se tornou evidente. Por isso o então Comando Naval da Amazônia Ocidental foi elevado à categoria de Distrito Naval, dando origem ao Com9ºDN.

Essas estruturas operacionais concentram-se no controle e coordenação das ações navais nos rios da Bacia Amazônica, além de exercer funções logísticas, administrativas e estratégicas fundamentais. A criação do Com9ºDN, em particular, representou um marco, pois concentrou em uma única estrutura a gestão das principais embarcações de patrulha e combate na região, permitindo uma resposta mais ágil e coordenada às ameaças. Pivatto Junior evidenciou o processo de maior presença e atuação da Marinha na região amazônica, afirmando o seguinte:

A partir deste processo, a Marinha brasileira, ao formular sua estratégia, passou a direcionar determinada atenção para as ameaças de baixa intensidade e os conflitos irregulares em ambiente de selva, sem necessariamente descartar a possibilidade de um conflito regular de maiores proporções em meio a uma hipotética presença militar de outros países na região (Pivatto Junior. 2024, p. 432).

O Com9ºDN tem sob sua responsabilidade uma extensa área de jurisdição, que abrange os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e parte do Pará e do Mato Grosso. Essa imensidão territorial exige uma estrutura robusta e descentralizada, capaz de responder com eficiência a diferentes tipos de missão. Para atender a essa vasta área, o 9º Distrito Naval possui diversas Capitânicas Fluviais, Delegacias e Agências espalhadas pelos principais rios, garantindo uma capilaridade na fiscalização do tráfego aquaviário e na prestação de serviços à comunidade.

Segundo o Ministério da Defesa (Brasil, 2020), o Com9ºDN é considerado um dos comandos mais relevantes do país em termos de projeção estratégica e presença territorial. Sua importância reside não apenas na dimensão militar, mas também no seu papel social e de apoio ao desenvolvimento regional. A Flotilha do

Amazonas, por sua vez, opera com um conjunto de meios navais adaptados ao ambiente fluvial: navios de pequeno calado, lanchas blindadas, embarcações de patrulha, unidades de assistência hospitalar e navios de transporte logístico.

Os navios de pequeno calado são essenciais para navegar em rios rasos e durante os períodos de seca, enquanto as lanchas blindadas fornecem proteção e agilidade em operações de interceptação. As unidades de assistência hospitalar, conhecidas como Navios de Assistência Hospitalar (NAsH), são verdadeiros hospitais flutuantes que levam saúde a comunidades isoladas.

Esses meios são preparados para operar em condições extremas, com pouca infraestrutura de apoio e grande variabilidade hídrica, que exige expertise em navegação e adaptação logística. A experiência acumulada ao longo dos anos permitiu à Marinha desenvolver soluções inovadoras para operar em um ambiente tão desafiador, como a criação de bases flutuantes e o uso de tecnologias de comunicação por satélite.

Essa estrutura consolidada permite que a Marinha atue de forma permanente e integrada na Amazônia, exercendo funções que vão além da defesa clássica, assumindo o protagonismo em ações de presença estatal, fiscalização ambiental, combate a ilícitos e apoio às populações ribeirinhas. O apoio às populações ribeirinhas, em particular, constrói uma relação de confiança com a Marinha, essencial para a coleta de informações e para a legitimidade de sua atuação na região.

3.2 Projetos e Operações Relevantes

Nas últimas duas décadas, a MB conduziu uma série de projetos e operações estratégicas na região amazônica com o objetivo de garantir a presença estatal, proteger os recursos naturais, combater ilícitos transfronteiriços e promover apoio social às populações locais. Essas ações são exemplos claros da aplicação prática das doutrinas contemporâneas de defesa e demonstram a versatilidade da atuação militar em um ambiente de elevada complexidade.

Entre os projetos e operações de maiores relevâncias com participação da MB, destacam-se as atividades desempenhadas pelos NAsH, no campo do apoio social e humanitário, o projeto “Calha Norte” criado com o objetivo de reforçar a presença do Estado e estimular o desenvolvimento sustentável na faixa de fronteira

setentrional do país, além da operação “Verde Brasil” que visa reprimir crimes ambientais e a operação “Ágata” que tem por finalidade combater o tráfico de drogas, garimpo ilegal e outros ilícitos na faixa de fronteira, conforme especificado a seguir.

3.2.1 Navios de Assistência Hospitalar (NAsH)

Um dos projetos mais emblemáticos da Marinha na Amazônia é a atuação dos Navios de Assistência Hospitalar, que oferecem atendimento médico, odontológico e vacinação às comunidades ribeirinhas. O LBDN afirma que a Assistência Hospitalar à População Ribeirinha (ASSHOP), são realizadas nas localidades ribeirinhas mais carentes de atendimento de saúde dos Polos visitados (Brasil, 2020, p. 112).

Os NAsH são equipados com consultórios, farmácias, laboratórios e salas de cirurgia, funcionando como unidades móveis de saúde. Esses navios representam a face social da Marinha, levando serviços essenciais a populações que, de outra forma, teriam acesso limitado ou nenhum acesso à saúde.

Santos (2017, p. 77) afirma que a principal meta desses navios é prestar assistência à saúde, no que tange à Atenção Primária, que, segundo a ONU e comprovações científicas, se mostra mais eficaz na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e na prevenção de novas ocorrências. A importância dos NAsH transcende a assistência médica, eles são um símbolo da presença e do cuidado do Estado brasileiro para com seus cidadãos mais isolados, fortalecendo os laços entre as comunidades e as Forças Armadas.

3.2.2 Projeto Calha Norte

Ainda que não seja executado exclusivamente pela Marinha, o Projeto Calha Norte, do Ministério da Defesa, visa ampliar a presença do Estado nas regiões de fronteira amazônica. Pivatto Junior (2024, p. 248) destaca que se torna quase impossível compreender a atuação da Marinha brasileira na Amazônia sem destacar os objetivos do Projeto Calha Norte.

A MB participa como parceira estratégica, especialmente na construção de infraestrutura fluvial e na garantia de segurança para as obras em áreas sensíveis. O projeto Calha Norte engloba uma série de iniciativas que vão desde a construção

de estradas e pontes até a instalação de postos de fronteira e o apoio a projetos de desenvolvimento local. Com o tempo, o projeto evoluiu, passando a ter um caráter mais interministerial, articulando desenvolvimento sustentável com a presença militar, reforçando a presença do Estado em uma região de grande importância geopolítica e ambiental. A Marinha contribui com sua expertise em engenharia naval e fluvial, além de prover segurança para as equipes que atuam em regiões de alto risco.

A participação da Marinha no Calha Norte demonstra o seu papel integrador e seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, ao lado de outras Forças Armadas e órgãos governamentais. De acordo com o LBDN, o projeto Calha Norte tem o objetivo de contribuir para a manutenção da soberania nacional e a integridade territorial (Brasil, 2020, p. 119).

Essas ações refletem uma estratégia de presença ativa, em que a Marinha exerce funções de dissuasão, cooperação e apoio à cidadania, consolidando-se como um dos principais instrumentos do Estado brasileiro na Amazônia. Tais operações ilustram o papel multifuncional da MB na região, que vai além da dimensão militar clássica, incorporando aspectos de segurança pública.

3.2.3 Operação Verde Brasil

Lançada em 2019, em resposta à intensificação das queimadas na Amazônia, a Operação Verde Brasil teve como foco a repressão a crimes ambientais, com envolvimento direto das Forças Armadas. De acordo com a END, uma das Ações Estratégicas de Defesa – AED, é incrementar as capacidades das Forças Armadas para atuar em operações interagências (Brasil, 2020, p. 65).

A Marinha participou com embarcações de patrulha e apoio logístico às equipes de combate ao desmatamento, fiscalizando áreas de difícil acesso e instalando pontos de controle flutuantes. Embora inicialmente concebida como uma resposta de caráter emergencial a uma crise específica, essa operação revelou o potencial da MB em missões de proteção ambiental, desempenhando um papel essencial nas operações interagências, garantindo a eficiência das ações.

Cabe ressaltar que o sucesso dessas iniciativas depende diretamente da união das Forças Armadas com os demais órgãos governamentais, atuando de forma integrada. De acordo com a PND e a END, as operações interagências, tem a

finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

A capacidade da Marinha de transportar equipes especializadas, como brigadistas e agentes do IBAMA, para locais remotos e de difícil acesso por terra, foi crucial para o sucesso da operação. Além disso, a presença naval nos rios estratégicos auxiliou na fiscalização de embarcações que poderiam estar envolvidas no transporte ilegal de madeira ou em outras atividades predatórias.

3.2.4 Operação Ágata

Iniciada em 2011, no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras, a Operação Ágata é uma das principais iniciativas interagências coordenadas pelo Ministério da Defesa, integrando as Forças Armadas, a Polícia Federal, o IBAMA, a Receita Federal e outros órgãos de fiscalização. Seu objetivo é combater crimes nas áreas de fronteira, como narcotráfico, contrabando, garimpo ilegal e extração irregular de madeira. De acordo com Oliveira (2023, p.19) houve a necessidade de a MB aperfeiçoar sua doutrina com o intuito de atuar no combate a essas ameaças.

A MB tem papel fundamental na execução da operação na Amazônia, especialmente através da patrulha de rios estratégicos como o Solimões, Negro, Madeira e Javari. Essas patrulhas são realizadas com o apoio de aeronaves e sistemas de monitoramento, permitindo a detecção e interceptação de atividades ilícitas.

A operação envolve o estabelecimento de bases temporárias, pontos de controle flutuantes e incursões em áreas de difícil acesso, demonstrando a capacidade logística e operacional da Marinha. A colaboração com outras agências é vital, pois a Marinha fornece a plataforma de mobilidade e segurança, enquanto os outros órgãos contribuem com sua expertise legal e de fiscalização. Na Operação realizada na Amazônia em 2023, Soares destaca o seguinte:

Enxerga-se por ocasião das Operações Interagências uma gradação das ações, complementação e transferência de responsabilidades. A Marinha proveu o apoio logístico da equipe operativa, garantiu a sua segurança até o local de atuação, e em segundo momento, as agências foram quem

cumpriram as especificidades de suas atividades fim, sob os olhos das Forças Armadas (Soares, p.35).

Isso reflete a compreensão de que a segurança na Amazônia é um problema complexo que exige uma resposta holística, que transcenda a tradicional divisão de tarefas entre as forças de segurança.

3.3 Desafios e Perspectivas Futuras

Apesar dos avanços institucionais e operacionais da Marinha na região amazônica, sua atuação ainda enfrenta inúmeros desafios, que vão desde limitações estruturais e orçamentárias até o aumento da sofisticação das ameaças transnacionais. Tais obstáculos exigem constante revisão das estratégias, capacitação de pessoal, inovação tecnológica e aprimoramento da integração com outros órgãos do Estado. Para poder sobrepor tais obstáculos, de acordo com a END A Marinha deverá adensar sua presença nas vias navegáveis, principalmente, nas duas grandes bacias fluviais, uma delas, a do rio Amazonas. Para tal, deverá empregar meios adequados a este ambiente operacional, como os navios-patrolha e navios-transporte, dotados de meios aéreos necessários (Brasil, 2020, p. 50).

Um dos principais desafios logísticos está relacionado à vastidão do território amazônico e à escassez de infraestrutura básica. Muitas das áreas de atuação da Marinha são acessíveis apenas por via fluvial, e os deslocamentos podem levar dias. A variabilidade das condições climáticas, os ciclos de cheia e seca dos rios e a ausência de rede de apoio tornam complexas as operações em campo. A PND reconhece que a Amazônia brasileira, é ao mesmo tempo um patrimônio e um desafio para o país. Pouco povoada e marcada por grandes distâncias, a região apresenta barreiras naturais à mobilidade, mas também concentra riquezas incomparáveis, com vastos recursos minerais, um imenso potencial hidro energético e uma biodiversidade singular, que desperta interesse global. Diante dessa realidade, torna-se indispensável a presença efetiva do Estado, não apenas para garantir a soberania nacional, mas também para proteger e gerir, de forma responsável, esse território de valor incalculável.

Outro desafio importante está relacionado à crescente atuação de organizações criminosas transnacionais, que se aproveitam da porosidade das

fronteiras e da ausência do Estado em determinadas regiões. Oliveira (2023, p. 42) afirma que nos locais onde não há presença estatal, seja por característica geográfica, seja por restrição de meios, é ainda mais fácil para que uma organização criminosa se estabeleça e conduza suas atividades.

O narcotráfico, o contrabando de armas e a mineração ilegal são fenômenos que demandam respostas rápidas e integradas, com inteligência operacional e capacidade de dissuasão. A atuação isolada das Forças Armadas torna-se insuficiente sem o apoio de políticas públicas e órgãos especializados. A complexidade dessas redes criminosas exige não apenas a repressão, mas também a desarticulação de suas fontes de financiamento e de suas cadeias logísticas, o que demanda uma abordagem de inteligência e cooperação internacional. Para tanto, de acordo com Oliveira (2023, p. 46), é necessário que a segurança nacional e internacional esteja em constante atualização de suas estratégias para lidar com novas ameaças.

Além disso, o cenário internacional pressiona o Brasil a equilibrar soberania com cooperação ambiental. A proteção da Amazônia tornou-se pauta global, e o país precisa demonstrar capacidade de governança sobre seu território sem renunciar à autodeterminação. Nesse contexto, a Marinha é chamada a atuar como vetor diplomático, não apenas militar, mas representando o compromisso brasileiro com o desenvolvimento sustentável. Isso implica em participar de discussões internacionais sobre o futuro da Amazônia, defender a posição brasileira e buscar parcerias que respeitem a soberania nacional.

As perspectivas para o futuro apontam para a necessidade de investimentos em tecnologia, capacitação e presença institucional. Entre as propostas em discussão, destacam-se: Expansão da frota de embarcações fluviais adaptadas às condições amazônicas, criação de centros de vigilância integrados com tecnologia de sensoriamento remoto e drones, ampliação de convênios com universidades e centros de pesquisa para o desenvolvimento de soluções logísticas e operacionais inovadoras, formação continuada de militares com especialização em operações ribeirinhas, direitos indígenas, e geopolítica ambiental, maior cooperação internacional para enfrentar crimes ambientais, sem comprometer a soberania nacional. Tais investimentos são cruciais para aprimorar a capacidade de monitoramento de vastas áreas, aprimorar a detecção de ilícitos e garantir uma resposta rápida e eficaz em um ambiente em constante mutação. Ademais, a PND

afirma que além das regiões onde se concentram os poderes político e econômico, deve-se dar prioridade à Amazônia (Brasil, 2020, p.13).

Diante disso, a atuação da MB tende a se expandir para além da lógica militar clássica, incorporando elementos de inovação, governança territorial e cooperação multissetorial. Isso significa que a Marinha terá um papel cada vez mais ativo na promoção do desenvolvimento regional, na pesquisa científica aplicada à Amazônia e na diplomacia de defesa, buscando construir parcerias que fortaleçam a presença brasileira na região.

4 MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS E SUAS INFLUÊNCIAS ESTRATÉGICAS

As duas primeiras décadas do século XXI caracterizaram-se por uma reconfiguração profunda da ordem internacional, marcada pela transição de um sistema unipolar para um cenário multipolar, no qual novas potências regionais e globais passaram a disputar influência política, econômica e militar. Nesse contexto, intensificaram-se os chamados conflitos híbridos, que combinam ameaças convencionais, irregulares, cibernéticas e informacionais, e aumentou a centralidade estratégica dos recursos naturais, especialmente daqueles essenciais à segurança energética, alimentar e climática.

A Amazônia, detentora de vasta biodiversidade, grandes reservas de água doce e papel fundamental na regulação climática planetária, passou a ocupar posição de destaque nas agendas globais, tornando-se alvo de múltiplos interesses e, por vezes, conflitantes.

Paralelamente, cresceram as pressões internacionais relacionadas à governança ambiental, à mitigação das mudanças climáticas e ao combate ao desmatamento, resultando em novas formas de condicionamento político e econômico sobre o Brasil. Tais dinâmicas impactaram diretamente a formulação das políticas de defesa nacional, exigindo do Estado brasileiro, e em especial da Marinha, respostas institucionais capazes de conciliar a proteção da soberania, a segurança das fronteiras fluviais e a preservação ambiental. Com isso, a atuação naval na Amazônia deixou de ser apenas uma missão periférica e passou a integrar o núcleo das prioridades estratégicas do país, demandando adaptações operacionais, tecnológicas e doutrinárias condizentes com um ambiente global mais competitivo e um cenário regional complexo e multifacetado.

4.1 Pressões Extranacionais e o Discurso da Internacionalização

A crescente atenção da comunidade internacional sobre a Amazônia tem se manifestado por meio de discursos políticos, pressões diplomáticas, condicionamentos econômicos e tentativas de influência indireta sobre a gestão territorial brasileira. Em momentos de crise ambiental, como o aumento das queimadas e do desmatamento ilegal, surgem declarações de líderes estrangeiros que questionam a soberania brasileira sobre a floresta. Essas declarações, muitas vezes veiculadas por grandes mídias internacionais, geram debates acalorados sobre a capacidade do Brasil de proteger seu próprio território e seus recursos naturais.

O discurso sobre internacionalização da Amazônia não é novo, Ribeiro (2005, p. 212) alerta para esse fenômeno, afirmando que no meado dos anos sessenta, novas discussões vieram à luz, mostrando que a cobiça sobre a Amazônia persistia, estava viva, aguardando, apenas, a oportunidade mais conveniente para se apresentar. O argumento do discurso ambiental para a internacionalização, ainda que travestida de cooperação, traz embutida a lógica da desconfiança sobre a capacidade do Brasil de preservar e proteger sua floresta. Isso pode resultar em pressões políticas e comerciais que, de forma indireta, comprometem a soberania nacional sobre a região. Essas pressões podem se manifestar de diversas formas, como a imposição de barreiras comerciais verdes, onde produtos brasileiros são penalizados por supostas falhas ambientais na produção; exigências ambientais em acordos internacionais que condicionam investimentos ou parcerias; e tentativas de influenciar políticas públicas internas através de financiamentos a ONG ou projetos específicos.

A ideia de internacionalizar a Amazônia refere-se ao debate sobre a gestão transnacional do bioma, envolvendo interesses jurídicos, ambientais e geopolíticos que visam ir além da soberania dos países amazônicos. O tema tem sido tratado tanto como uma ameaça à soberania quanto como uma proposta de cooperação internacional para a proteção do ecossistema.

No entanto, como observa Nunes (2015, p. 173) o Brasil repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. O autor destaca que o debate vai além de simples teoria conspiratórias

ou alarmismos, indicando que é necessário considerar ações cooperativas dos países amazônicos.

Nesse contexto, a presença da Marinha assume não apenas papel defensivo, mas também simbólico e diplomático, reafirmando a autoridade do Estado brasileiro na região. A simples presença de navios e equipes militares em áreas remotas da Amazônia serve como um lembrete da soberania brasileira.

Além disso, a Marinha participa ativamente de exercícios militares conjuntos com países vizinhos, o que demonstra capacidade de cooperação regional, e de fóruns diplomáticos, onde defende os interesses nacionais e compartilha experiências sobre a gestão e proteção da Amazônia.

4.2 Ameaças Transnacionais e Reconfiguração das Missões Militares

O aumento da complexidade das ameaças à segurança na Amazônia também é resultado da atuação de redes criminosas transnacionais que exploram a ausência do Estado em determinadas regiões. O narcotráfico, o garimpo ilegal, o tráfico de armas e a exploração clandestina de madeira são práticas amplamente disseminadas nas áreas de fronteira.

Essas atividades ilegais não apenas desestabilizam a segurança regional, mas também geram impactos ambientais devastadores e comprometem a saúde e a segurança das comunidades locais. A fluidez do ambiente fluvial permite que essas redes movimentem grandes volumes de produtos ilegais e evadam a fiscalização.

De acordo com Ribeiro (2005) a partir de dados fornecidos pelo SIPAM, o Ministério do Meio Ambiente firmou convênio com o Ministério da Defesa objetivando maximizar a repressão aos crimes ambientais que vêm sendo praticados pela devastação florestal.

Desse modo, a Marinha passou a integrar ações de combate aos ilícitos em conjunto com a Polícia Federal, a Força Nacional, o IBAMA, o Exército e demais agências do Estado. Essa integração é fundamental para uma abordagem eficaz, pois cada órgão contribui com sua expertise específica: a Marinha com a mobilidade e patrulhamento fluvial, a Polícia Federal com a investigação e inteligência, o IBAMA com a fiscalização ambiental, e assim por diante.

A lógica de atuação multissetorial e interagências tornou-se essencial para responder com eficiência aos desafios impostos pela criminalidade organizada na

região. Essa reconfiguração das missões militares para além do combate convencional, englobando operações de policiamento, inteligência e fiscalização, é uma adaptação direta às novas formas de ameaça que caracterizam o cenário geopolítico do século XXI.

4.3 Recursos Naturais e Soberania Ambiental

A valorização dos recursos naturais, em especial da água doce, da biodiversidade e da cobertura florestal, inseriu a Amazônia no centro das disputas geopolíticas contemporâneas. A floresta tropical deixou de ser vista apenas como patrimônio ambiental e passou a ser considerada um ativo estratégico global, com implicações econômicas, climáticas e políticas.

A demanda crescente por água doce em um mundo com recursos hídricos cada vez mais escassos, o potencial inexplorado da biodiversidade para a medicina e a biotecnologia, e o papel da floresta na regulação do clima global, conferem à Amazônia uma importância sem precedentes. A PND reconhece esse contexto ao exigir a efetiva presença do Estado na Amazônia, com vistas à sua defesa e à sua integração:

A enorme extensão territorial da Amazônia brasileira, sua baixa densidade demográfica e as dificuldades de mobilidade na região, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidro energético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem a efetiva presença do Estado, com vistas à sua defesa e à sua integração com as demais regiões do País, contribuindo para o desenvolvimento nacional (Brasil, 2020 p. 14)

A proteção dos biomas estratégicos, especialmente da Amazônia, é prioridade para a defesa nacional, tendo em vista sua importância ambiental, econômica e geopolítica. Essa percepção reforça o papel da Marinha na defesa da soberania ambiental, seja por meio do combate direto a atividades ilegais, seja por sua atuação em cooperação com agências de fiscalização ambiental.

A Marinha atua fiscalizando a pesca ilegal, o garimpo clandestino em rios e a extração predatória de madeira, protegendo os ecossistemas amazônicos. A capacidade da Força Naval de operar em áreas de difícil acesso e de permanecer

por longos períodos em regiões isoladas é um diferencial estratégico no contexto amazônico.

Essa capacidade de permanência é fundamental para coibir a reincidência de crimes e para garantir a efetividade da fiscalização em um território vasto e com pouca presença estatal. A Marinha também contribui para o monitoramento ambiental, utilizando suas embarcações e equipes para coletar dados e informações que auxiliam na avaliação do estado de conservação da floresta e dos rios.

4.4 Influência nas Estratégias Institucionais da Marinha

Essas mudanças no ambiente internacional influenciaram diretamente a formulação estratégica da Marinha. Houve ampliação dos investimentos no 9º Distrito Naval, incremento da frota fluvial, aprimoramento dos sistemas de vigilância e intensificação da formação de militares especializados em operações ribeirinhas. A Marinha incorporou em sua doutrina elementos da segurança ambiental, da diplomacia da defesa e da proteção interagências.

A segurança ambiental, por exemplo, se traduz em treinamentos específicos para lidar com crimes ecológicos e em parcerias com órgãos ambientais. A diplomacia da defesa envolve a participação em exercícios conjuntos com países vizinhos e em fóruns internacionais, promovendo a imagem do Brasil como um ator responsável na região. A proteção interagências, por sua vez, reflete a necessidade de trabalhar em conjunto com diversas agências para enfrentar desafios complexos.

A END estabelece a necessidade de contínuo aperfeiçoamento das técnicas e da doutrina de emprego das Forças, de forma singular e conjunta, com foco na interoperabilidade (Brasil, 2020, p. 24). Essa abordagem integrada reflete a compreensão de que a segurança e o desenvolvimento na Amazônia são indissociáveis, e que a Marinha tem um papel crucial na promoção de ambos.

A Marinha, assim, se posiciona não apenas como uma força de combate, mas como um ator multifuncional capaz de responder aos desafios do século XXI na Amazônia, desde a proteção do meio ambiente até a promoção do desenvolvimento e da integração nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender de que forma as transformações geopolíticas ocorridas no período pós-Guerra Fria influenciaram as estratégias da MB na região amazônica entre 2005 e 2025. A análise partiu do entendimento de que a Amazônia, antes vista predominantemente como um desafio logístico e ambiental, passou a ocupar posição central nas agendas de defesa, desenvolvimento e diplomacia do Estado brasileiro.

O levantamento de dados bibliográfico e documental demonstrou que, no contexto pós-Guerra Fria, o eixo das ameaças internacionais deslocou-se de conflitos armados convencionais para disputas por recursos estratégicos, pressões ambientais e atuação de atores não estatais em rede. Essa nova configuração reforçou a importância geopolítica da Amazônia, não apenas pela sua biodiversidade e reservas minerais, mas também pelo seu papel como ativo estratégico em um mundo multipolar.

Os documentos oficiais de defesa, PND, END e LBDN consolidaram essa percepção, classificando a Amazônia como área prioritária e estabelecendo diretrizes para uma presença permanente e multifacetada na região. Nessa conjuntura, a MB assumiu papel protagonista, adaptando sua doutrina e estrutura para o ambiente fluvial, desenvolvendo meios de pequeno calado, implementando tecnologias de monitoramento, fortalecendo comandos navais na região e conduzindo operações conjuntas como Ágata e Verde Brasil.

A pesquisa mostrou que a atuação naval na Amazônia, não se restringe à defesa armada, mas integra dimensões cívicas, ambientais e diplomáticas, funcionando como instrumento de presença estatal e de integração nacional. Essa abordagem multifuncional, que combina vigilância territorial, apoio humanitário e proteção ambiental, reflete a complexidade amazônica e responde às múltiplas pressões, internas e externas, que incidem sobre a região.

A MB, diante desse cenário, passou a desempenhar um papel ainda mais relevante, adaptando suas estratégias e sua estrutura operacional. A criação do Com9ºDN é um marco institucional que evidencia essa transformação. As operações de patrulhamento, fiscalização, combate aos ilícitos e proteção ambiental tornaram-se parte integrante da atuação militar, demonstrando a interseção entre defesa, soberania e desenvolvimento sustentável.

Os investimentos em logística, capacitação de pessoal e tecnologias específicas para o ambiente amazônico foram fundamentais para ampliar a capacidade operacional da Marinha. O estudo aponta que há integração com outros órgãos de segurança pública, ambientais e de defesa civil também se consolidou como pilar estratégico, tornando a atuação mais eficiente e abrangente. No entanto, o trabalho também revela que os desafios permanecem significativos, tais como: a sofisticação das organizações criminosas, as pressões internacionais sobre a governança da Amazônia e as dificuldades logísticas impostas pelo ambiente natural exigem que a Marinha mantenha um processo contínuo de modernização e fortalecimento de suas capacidades.

Ademais, reafirma-se que a defesa da Amazônia no século XXI não pode ser compreendida apenas sob a ótica militar tradicional, ela deve incorporar elementos de desenvolvimento sustentável, diplomacia ambiental e soberania tecnológica, com a MB desempenhando um papel central na proteção dos interesses nacionais, na garantia da segurança e na preservação dos recursos estratégicos desse território vital para o Brasil e para o mundo.

Conclui-se, portanto, que a evolução estratégica da Marinha na Amazônia, nas últimas duas décadas, representa uma resposta adaptativa às transformações do sistema internacional e às demandas internas por maior presença do Estado. O fortalecimento de meios fluviais, a ampliação das operações conjuntas e a incorporação da dimensão socioambiental na doutrina de defesa comprovam que a instituição compreendeu que a proteção da Amazônia é indissociável do desenvolvimento regional e da projeção internacional do Brasil.

Assim, a experiência naval amazônica oferece lições relevantes para a formulação de políticas de defesa contemporâneas. Soberania e sustentabilidade não são objetivos antagônicos, mas complementares. Ao consolidar sua presença e capacidade de atuação na Amazônia, a Marinha reafirma-se como vetor essencial da segurança nacional e da afirmação do Brasil como potência ambiental e estratégica no século XXI.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Mario Miguel. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI**, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 107, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/5993>. Acesso em: 08 ago. 2025
- BECKER, Bertha. K. (2005). **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, 19(53), 71-86. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10047>. Acesso em: 04 ago. 2025.
- BRASIL. **Marinha do Brasil**. Brasília, DF, 2020.<http://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-apoia-ibama-e-policia-militar-ambiental-na-fiscalizacao-do-desmatamento-margens-do>. Acesso em: 06 ago. 2025.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Comando da Flotilha do Amazonas**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/comflotam>. Acesso em: 07 ago. 2025.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha**. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html. Acesso em: 09 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/estado-edefesa/estrategia-nacional-de-defesa>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF. https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 08 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 08 ago. 2025.
- CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- LACOSTE, Yves. **A geografia**: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução de França Maria Cecília. São Paulo: M. R. Cornacchia Editora Ltda., 1988.
- NUNES, Paulo Henrique Faria. **Internacionalização da Amazônia**: agentes e perspectivas. Textos e Debates, v. 1, n. 27, 2015. DOI: 1018227/2317-1448ted.v1i27.2845.
- OLIVEIRA, Felipe Barbosa de. **A Marinha do Brasil e as novas ameaças**: uma reflexão sobre sua atuação no combate ao narcoterrorismo na Amazônia. 2023. Monografia, Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2023.

PIVATTO JUNIOR, Dilceu Roberto. **A presença da Marinha brasileira na Amazônia**: do Pós Guerra-Fria aos anos iniciais do século XXI. Revista da Escola de Guerra Naval, V. 30, n. 2, p. 17 – 38, 2024.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa a soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005.

SANTOS, Ednaldo Blum De Oliveira. Comando da Flotilha do Amazonas. **A Marinha na Amazônia Ocidental**: Marinha do Brasil, 2017.

SOARES, Tomás Baptista Rocha Corrêa. **Uma análise dos métodos de emprego e níveis de relacionamento interagências no âmbito da Marinha do Brasil na Operação Ágata conjunta Amazônia 2023**. Monografia, Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2023.